

Cubatão discute pátio de caminhões

Projeto da Autoridade Portuária na Ilha do Tatu, ao lado do Viaduto Mario Covas, foi discutido na Câmara

DA REDAÇÃO

Uma audiência pública convocada pela Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente da Baixada Santista, da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), debateu, na noite de segunda-feira, na Câmara de Cubatão, a instalação de um condomínio logístico na Ilha do Tatu. A Autoridade Portuária de Santos (APS) quer usar a área verde da União, ao lado do Viaduto Mario Covas, para estacionamento de 1.020 caminhões.

A mesa dos trabalhos foi formada pelo presidente da Frente, o deputado estadual Mário Maurici (PT); o vice-presidente da Câmara, o vereador Jair do Bar (PSDB); o superintendente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da Autoridade Portuária de Santos (APS), Sidnei Aranha; o



Superintendente de Meio Ambiente da APS, Sidnei Aranha explicou detalhes do projeto durante encontro

coordenador do escritório regional da Superintendência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); e a vice-prefeita Andrea Castro (PSD).

Aranha apresentou o

projeto e explicou que as tratativas começaram em 2021, com ofícios enviados à Prefeitura. Segundo ele, a proposta é autorizada pelo Plano Diretor da Cidade e tem como objeti-

vo disciplinar o fluxo de caminhões nas proximidades do Jardim Casqueiro. Entre os impactos positivos, Aranha cita a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação mu-

nicipal, o apoio ao desenvolvimento regional e a redução do tráfego em áreas urbanas.

A vice-prefeita criticou a postura da APS no processo. Ela comentou que a Prefeitura tentou dialogar, mas não obteve resposta. A representante do Poder Executivo lembrou que o prefeito César Nascimento (PSD) ofereceu, no dia 12, uma área pertencente ao Município, no Polo Industrial, como alternativa.

O vereador Guilherme Amaral (PSD) disse que a proposta da APS fere a alma da população da Cidade e aumenta o sentimento de que o município é o "quintal das cidades praianas". Para o parlamentar, o órgão federal precisa compreender que Cubatão tem soberania para decidir o que é melhor para os seus cidadãos.

CÂMARA DE CUBATÃO/DIVULGAÇÃO